

Apresentação do Dossiê

Rafael Godoi e Fábio Mallart¹

Este dossiê reúne trabalhos sobre o tema carcerário no Brasil contemporâneo. Trata-se de uma coletânea que consolida e desdobra os debates levados a cabo no Grupo de Trabalho “Cidade e Prisão”, que coordenamos nas duas edições do Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão – promovido pela Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-Graduação (ANDHEP), em 2015 e 2016. Consolida porque traz a público pesquisas inéditas que tivemos a oportunidade de debater em nossos encontros. Desdobra porque incorpora pertinentes contribuições, segundo os mesmos princípios que nortearam os nossos debates: a diversidade de perspectivas – o que não implica em uma retórica pseudodemocrática, mas em um princípio de combate – combate de ideias; a reflexão crítica e política; o diálogo franco.



Não se trata de oferecer – nem ao menos nesta apresentação – um retrato totalizante dos “dados e atualidades da pesquisa em prisão no Brasil”. Nosso esforço constitui apenas uma peça em um tabuleiro, somando-se a tantas outras que, nos últimos anos, de maneiras diversas e de posições estratégicas variadas, colocam a prisão em foco. São diversos os eventos científicos dedicados ao tema carcerário como, por exemplo, o Seminário Nacional de Estudos Prisionais e Punição – que teve sua quinta edição em 2016 – também os diversos grupos de trabalho, mesas redondas e colóquios no Encontro de Pesquisa Empírica em Direito, no Encontro Nacional de Antropologia do Direito, no Encontro Anual da ANPOCS, no Congresso Brasileiro de Sociologia, na Reunião Brasileira de Antropologia, entre tantos outros.

Dados e atualidades da pesquisa em prisão no Brasil, portanto, estão dispo-

1. Editores temáticos deste Dossiê. Rafael Godoi é Pós-Doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo (bolsista Fapesp). Fábio Mallart é Mestre em Antropologia e Doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo (bolsista Fapesp). É autor do livro *Cadeias dominadas: a Fundação CASA, suas dinâmicas e as trajetórias de jovens internos* (Ed. Terceiro Nome/FAPESP) e membro do Núcleo de Etnografias Urbanas (CEBRAP). Ambos são pesquisadores do Projeto Temático FAPESP “A gestão do conflito na produção da cidade contemporânea: a experiência paulista”, coordenado pela profa. Vera da Silva Telles.

níveis em diversas publicações recentes, que podem ser lidas em conjunto com esta: por exemplo, no livro *Prisões e punição no Brasil contemporâneo* (2013), organizado por Luiz Claudio Lourenço e Geder Luiz Rocha Gomes; no dossiê *Sociologia da Punição e das Prisões* (2013), organizado por Marcos César Alvarez e Pedro Bodê de Moraes, e publicado na *Revista Tempo Social* da USP; no dossiê *Antropologia, Justiça e Prisões: reflexões sobre o sistema penal brasileiro* (2015), organizado por Juliana Melo e Daniel Simião, e publicado na revista *Vivência* da UFRN; e no dossiê *Direitos Humanos e pesquisa em prisão no Brasil e na comunidade internacional* (2016), organizado por Carmen Fullin e Maíra Zapater, publicado nesta mesma revista que agora nos recebe.

Nesta edição agregamos a nossa contribuição ao debate, oferecendo a oportunidade para que jovens pesquisadores – como nós – divulguem suas pesquisas, levantem novos temas e aprofundem a reflexão sobre determinadas questões.

Tal multiplicidade de corações e mentes que se ocupam do problema prisional no Brasil confirma algo que Fernando Salla (2006) divisava há mais de dez anos: a consolidação de um efetivo campo de pesquisa, com produção crescente e cada vez mais diversificada. Embora nem todos os desafios que naquela ocasião ele identificava tenham sido hoje superados, são inegáveis o acúmulo e o avanço do saber nesta seara. Ademais, como demonstra Manuela Cunha (2014) em balanço bibliográfico recente, a produção brasileira vem ocupando lugar de destaque no debate internacional, não só acompanhando de perto o processo de reelaboração teórica e metodológica pelo qual o campo dos estudos prisionais vem passando em escala global, como também incidindo sobre ele.

O levantamento de dados, a análise metódica e a interlocução sistemática promovidos no interior desse amplo campo de pesquisa – também um campo de combate – desempenham um papel cada vez mais estratégico nos domínios da ciência e da política contemporâneas. No que se refere ao domínio do saber, a pesquisa prisional vem se mostrando um *locus* privilegiado de experimentação epistemológica, metodológica e analítica – como se pode observar nos trabalhos de Antônio Rafael Barbosa (2005), Karina Biondi (2010), Adalton Marques (2014), Natália Padovani (2015), Fábio Mallart e Taniele Rui (2016), dentre muitos outros. Em seus desdobramen-



tos políticos, a pesquisa prisional, sobretudo ao se debruçar sobre as causas e efeitos do encarceramento em massa, mostra-se duplamente decisiva. Por um lado, contribui para uma acurada caracterização da cultura contemporânea (Garland, 2005) e do neoliberalismo hegemônico (Wacquant, 2001). Por outro, colabora para a identificação dos mecanismos biopolíticos de gestão da vida e da morte (Foucault, 2005, 2008) que operam no tempo presente – na medida em que a prisão vai se revelando um dispositivo central no manejo de populações (Godoi, 2015), bem como na produção de vidas matáveis (Mallart; Godoi, 2015). Na confluência dessas dimensões, a pesquisa prisional se constitui como território propício para a reelaboração crítica dos fundamentos e fronteiras dos chamados “direitos humanos” – e também do próprio “direito”.

Este dossiê compartilha dessa relevância e o faz num momento histórico particularmente crítico, sobre o qual não podemos deixar de tecer algumas breves considerações. A atual conjuntura política e penal brasileira converte esta coletânea numa peça de resistência, num vetor de luta. De um lado, contra o desmanche que vem sendo imposto à pesquisa científica, e de outro, contra o excesso de prisão – seja em seus formatos mais arcaicos, isto é, na construção de “novas masmorras”, seja sob a utilização de novas tecnologias, muitas vezes sob a justificativa da necessidade de formas de punição mais humanas.

Por sua vez, os cortes orçamentários em ciência e tecnologia – os quais, vale ressaltar, não começaram com o golpe parlamentar, mas se intensificaram após a sua concretização – colocam em suspenso o futuro de pesquisas e pesquisadores. Em correlação com esse ponto, constata-se os cada vez mais vultosos investimentos destinados à compra de armas e construção de prisões – que também não começaram agora, mas apenas se agudizaram depois do golpe –, e que colocam em evidência a necessidade de aprofundar e difundir análises qualificadas sobre o contexto prisional brasileiro, de modo a descortinar a falácia da aposta no encarceramento.

Em oposição ao atual “Ministro da Justiça”, acreditamos que uma leitura minimamente adequada para “crises” como a que se desenrola no exato momento em que essas linhas estão sendo escritas, principalmente nos estados do Norte e do Nordeste, não passa pela construção de novas prisões, pela compra de mais armas, pela privatização de presídios ou pela proposi-



ção de “penas mais humanitárias” que, muitas vezes, operam como extensões do cárcere. Sob o ângulo aqui proposto, faz-se necessário a proposição de outro campo de possíveis, no qual a descriminalização de TODAS as drogas, a desmilitarização das polícias – e aqui nos referimos às inúmeras tropas militarizadas que atuam dentro ou fora das prisões (GIR, Choquinho, IOPE, Choque) – e, sobretudo, o desencarceramento, figuram como peças centrais no tabuleiro em que se joga a vida e a morte.

Oito artigos compõem o presente dossiê. Ao invés de resumi-los, preferimos ressaltar um ou outro aspecto dos textos que nos pareceu de particular interesse. Ao operar deste modo, pretendemos incentivar a leitura, deixando a apresentação dos argumentos centrais a seus respectivos autores. Natália Bouças do Lago – em “Mulher de preso nunca está sozinha: gênero e violência nas visitas à prisão” – aborda etnograficamente a experiência de mulheres que visitam cotidianamente os seus maridos e filhos numa prisão do interior do estado de São Paulo. Márcio Zamboni, em “O barraco das monas na cadeia dos coisas: notas etnográficas sobre a diversidade sexual e de gênero no sistema penitenciário”, também etnograficamente aborda as condições de existência de sujeitos que não se enquadram em padrões estritos de masculinidade numa prisão paulista. Sara Vieira Antunes, em “Para habitar entre grades: táticas de [sobre]vida na prisão”, apresenta uma instigante experimentação teórica a partir dos elementos mais básicos que constituem a experiência de mulheres presas. Carolina Bessa Ferreira de Oliveira, em “Universidade pública na prisão: desafios para além da pesquisa acadêmica”, convida-nos a refletir sobre outras possibilidades de articulação entre os espaços acadêmico e prisional. Monique Torres Ferreira, em “Lugares, sujeitos e narrativas: reflexões sobre a trajetória institucional de um interno do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Roberto de Medeiros”, reconstitui, a partir de um caso, a dinâmica de aplicação e gestão judicial do instituto de medida de segurança num manicômio judiciário carioca. Victor Martins Pimenta, em “Fundamentos para a política penal alternativa”, apresenta os pressupostos teóricos, as conquistas relativas e os desafios que marcaram sua experiência como coordenador de alternativas penais do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), no período imediatamente anterior ao golpe. Tiago Joffily e Airton Gomes



Braga, em “Notas sobre a investigação de tortura: por uma Promotoria de Justiça de Direitos Humanos”, apresentam, por sua vez, os fundamentos, experiências e desafios que conformam suas atuações – como agentes do Ministério Público carioca – contra a prática da tortura em estabelecimentos penais. Finalmente, Francisco Elionardo de Melo Nascimento, em “Por bem menos se interdita um zoológico’: apontamentos da condição histórica das prisões cearenses que culminou na crise penitenciária”, faz um diagnóstico dos fatores estruturais e conjunturais que levaram à eclosão de rebeliões simultâneas em diversas unidades prisionais da Região Metropolitana de Fortaleza, em 2016.

Por fim, gostaríamos de agradecer à Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-Graduação (ANDHEP) e à equipe da *Aracê – Direitos Humanos em Revista*, em particular, a Guilherme de Almeida e a Fabio Humberg. Agradecemos também aos diversos pareceristas que contribuíram na apreciação e revisão dos artigos, bem como a todos os pesquisadores e pesquisadoras que nos encaminharam os seus trabalhos.



Referências:

- ALVAREZ, Marcos C.; MORAES, Pedro B. Apresentação. *Tempo Social*, v. 25, n. 1, pp. 9-13, 2013.
- BARBOSA, Antônio R. *Prender e dar fuga: biopolítica, tráfico de drogas e sistema penitenciário no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- BIONDI, Karina. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.
- CUNHA, Manuela. The ethnography of prisons and penal confinement. *Annual Review of Anthropology*, v. 43, pp. 217-233, 2014.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. *Nascimento da biopolítica: curso no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FULLIN, Carmen; ZAPATER, Maíra. Apresentação. *Aracê*, v. 3, n. 4, pp. 4-7, 2016.
- GARLAND, David. *La cultura del control: crimen y orden social en la sociedade contemporânea*. Barcelona: Gedisa, 2005.
- GODOI, Rafael. *Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- LOURENÇO, Luiz C.; GOMES, Géder L. R. (orgs.). *Prisões e punição no Brasil contemporâneo*. Salvador: Edufba.

MALLART, Fábio; RUI, Taniele. “Por uma etnografia das transversalidades urbanas: entre o mundão e os dispositivos de controle”. In: MELO, Juliana; SIMIÃO, Daniel; BAINES, Stephen (Orgs.). *Ensaio sobre Justiça, Reconhecimento e Criminalidade*. Natal: EDUFRN/ABA, pp. 433-456, 2016.

MALLART, Fábio; GODOI, Rafael. Vidas matáveis, morte em vida e morte de fato. *Le Monde Diplomatique Brasil*, n. 100, pp. 34-35, 2015.

MARQUES, Adalton. *Crime e proceder: um experimento antropológico*. São Paulo: Alameda, 2014.

MELO, Juliana; SIMIÃO, Daniel. Apresentação. *Vivência*, n. 46, pp. 7-9, 2015.

PADOVANI, Natália C. *Sobre casos e casamentos: afetos e ‘amores’ através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

SALLA, Fernando. A pesquisa sobre as prisões: um balanço preliminar. In: KOERNER, Anderi (Org.). *História da Justiça Penal no Brasil*. São Paulo: IBCCrim, pp. 107-127, 2006.

WACQUANT, Löic. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

